



CONSTRUINDO O CONCEITO DE VULNERABILIDADE EDUCACIONAL

Walace Rodrigues¹

Resumo:

Esse escrito busca compreender os meandros de um termo importante para a compreensão da educação brasileira atual: vulnerabilidade educacional. A metodologia aqui utilizada é um estudo teórico de caráter bibliográfico. Nossa busca é pela definição de um conceito qualitativo. Os resultados mostram que o conceito de vulnerabilidade educacional engloba uma gama de fatores que dificultam o acesso à escola e a permanência na escola, envolvendo diretamente as políticas públicas na área da educação.

Palavras-chave:

Ensino. Vulnerabilidade educacional. Problemas.

BUILDING UP THE CONCEPT OF EDUCATIONAL VULNERABILITY

Abstract:

This paper seeks to understand the ins and outs of an important term for the understanding of current Brazilian education: educational vulnerability. The methodology used here is a theoretical study of bibliographic order. Our search is for the definition of a qualitative concept. The results show that the concept of educational vulnerability encompasses a range of factors that hinder access to school and to stay in school, directly involving public policies in the area of education.

Keywords:

Teaching. Educational vulnerability. Problems.

Introdução

Este artigo busca tratar de um conceito em construção, pois muito há que se caminhar para que se possa entender claramente o que seria a vulnerabilidade educacional no contexto educacional brasileiro.

Ainda, informamos que a definição de vulnerabilidade educacional que buscaremos aqui será uma definição puramente qualitativa, pois as discussões sobre vulnerabilidade educacional são recentes e se encontram em debate em nosso Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do

¹ Doutorado em Humanidades pela Universiteit Leiden. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: walacewalace@hotmail.com.



Tocantins (UFT), e, também, uma conceitualização qualitativa levaria anos para ser executada a contento.

Acreditamos que, por sermos um país tão desigual, o conceito de vulnerabilidade educacional pode ser aplicado em muitas situações onde as necessidades educacionais dos estudantes não são atendidas digna e plenamente.

Enquanto metodologia, para esse artigo, faremos um estudo teórico a partir de fontes bibliográficas referentes ao tema da vulnerabilidade educacional. Partiremos das definições de vulnerabilidade social para buscar compreender o que seria a vulnerabilidade educacional.

Vale ressaltar, também, que esse artigo se refere à educação básica (que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio). Ainda, esse recorte se justifica pela premente necessidade de oferta de educação básica pública, laica e de qualidade para os brasileiros em situação de vulnerabilidade educacional.

1 Conceituando vulnerabilidade educacional

É importante ressaltar que esse artigo tenta trabalhar com o conceito de vulnerabilidade educacional de forma qualitativa, buscando mostrar sua relevância para os estudos sobre desenvolvimento e educação.

Ainda, vale perceber que os pontos educacionais problemáticos aqui selecionados são apenas alguns de uma grande gama de dificuldades que podemos encontrar nas mais variadas escolas públicas pelo Brasil afora.

Podemos começar a pensar a situação educacional no Brasil como estando ligada às mais diferentes realidades sociais. Recordamos que a escola é o lugar de encontro dos mais variados grupos sociais brasileiros. Nessa perspectiva, a busca por definir o conceito de vulnerabilidade educacional se encaixa na busca pela compreensão da educação ofertada (ou não) às camadas sociais mais vulneráveis.

Ainda, o conceito de vulnerabilidade educacional se coloca como um conceito ainda em construção, pois não há, em nenhum trabalho pesquisado para esse artigo, uma definição clara do que seja vulnerabilidade educacional.

Podemos afirmar que tal conceito provém dos estudos sobre vulnerabilidade social e se alarga para o âmbito escolar e do atendimento em instituições de educação. Para tanto,



mostramos o que seria vulnerabilidade social para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, através da publicação intitulada “Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros”:

As noções de “exclusão” e de “vulnerabilidade social” têm sido cada vez mais utilizadas, no Brasil e no mundo, por pesquisadores, gestores e operadores de políticas sociais, num esforço de ampliação do entendimento das situações tradicionalmente definidas como de pobreza, buscando exprimir uma perspectiva ampliada complementar àquela atrelada à questão da insuficiência de renda. Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária (BRASIL, 2015, p. 12- grifos do autor).

Verificamos, também, que a sociedade brasileira sempre almejou a oferta escolar plena e de qualidade para a população. No entanto, a história da educação no Brasil mostra-nos que a situação do acesso e da qualidade da educação se complica a partir da ditadura militar (em 1964):

A ditadura militar, por meio de mecanismos de repressão, privatização do ensino, exclusão de parcelas das classes populares das escolas públicas de boa qualidade, tecnicismo pedagógico, desqualificação e desvalorização do magistério, por meio de legislações educacionais e institucionalização do ensino profissionalizante, tratou de sufocar as organizações da sociedade civil em torno da Educação, como fez também com vários outros segmentos sociais (BESSA, 2008, p. 22).

A partir da passagem anterior, podemos constatar que a desvalorização da educação e o sucateamento da escola pública tinham fins políticos. Com uma população pouco instruída (e com grandes números de analfabetos) ficava mais fácil manipular os votos dos eleitores nas eleições, principalmente daqueles eleitores pouco escolarizados, como nos diz a educadora Barbosa (1995):

Nosso problema fundamental é alfabetização: alfabetização *letral*, alfabetização emocional, alfabetização política, alfabetização cívica, alfabetização visual. Daí, a ênfase na leitura: leitura de palavras, gestos, ações, imagens, necessidades, desejos, expectativas, enfim, leitura de nós mesmos e do mundo em que vivemos. Num país onde os políticos ganham eleições através da televisão, a alfabetização para a leitura da imagem é fundamental e a leitura da imagem artística, humanizadora. Humanização é o que precisam nossas instituições entregues aos predadores políticos



profissionais que temos tido no poder nos últimos trinta anos (BARBOSA, 1995, p. 63 – grifo da autora).

Verificamos, ainda, que há estruturas básicas que compõem o trabalho educacional: **a física** (estrutura física da escola, espaços escolares, mobiliário escolar, etc), **a profissional** (professores, diretores, merendeiras, etc) e **a pedagógica** (metodologias, teorias, conhecimentos, competências, etc).

A questão física se refere à estruturação do ambiente escolar, não somente as condições dos edifícios, mas também o mobiliário utilizado, a existência de biblioteca, uma boa cozinha e refeitório, banheiros suficientes e equipados, entre outros postos que envolvem a estrutura física básica para o bom desempenho do educar. Freire (1994) nos exemplifica o problema em relação ao descaso do poder público para com a escola:

Como é que um poder público, que testemunha o seu desrespeito ao espaço pode exigir do menino que não rasgue a cadeira da sala de aula? Da mesma maneira, se em casa o menino está acostumado a subir nos móveis, pular nas poltronas “[...] porque não há repressão”, como é que podemos querer que esse mesmo menino respeite a roseira do jardim público? Educamos primeiro fazendo, dando testemunho. Andando de metrô em São Paulo, fiquei maravilhado com o testemunho de limpeza e de respeito à coisa pública. O chão e as paredes limpas, obras de arte em perfeito estado. A própria limpeza que o Estado vem mantendo inibe as pessoas de sujarem. Mas, se você chega num espaço sujo e maltratado, sente-se estimulado, convocado à destruição. É uma coisa que a gente deve viver com as nossas crianças: testemunhar, mostrar a elas que nós cuidamos da vida! O desrespeito às coisas materiais sugere a mim o desrespeito à vida (FREIRE, 1994, p. 6 – grifo do autor).

A questão estrutural profissional se refere à qualidade e quantidade suficiente de professores, merendeiras, pessoal de limpeza, pessoal de manutenção, diretores, entre outros profissionais. Esse ponto envolve todas as pessoas empregadas na escola. Os tipos de contratação (efetivo ou temporário) também influem na qualidade da educação ofertada. As condições psicológicas de trabalho a que determinado grupo está envolvido e as relações de poder dentro da escola também têm influência sobre os funcionários e seu desempenho laboral.

Os fatores pedagógicos estão diretamente ligados ao ensino e se referem à didática, ao material de apoio pedagógico, às metodologias utilizadas em sala de aula, às teorias que a escola toma como empregáveis ou não (principalmente em escolas com determinadas



populações religiosas ou sociais), os conhecimentos, as competências e habilidades dos profissionais envolvidos com o ensino, a oferta de formação continuada aos trabalhadores da educação, entre outros pontos. O professor José Carlos Libâneo (2005) nos alerta para a importância das abordagens pedagógicas utilizadas nas escolas:

Aos que se ocupam da educação escolar, das escolas, da aprendizagem dos estudantes, é requerido que façam opções pedagógicas, ou seja, assumam um posicionamento sobre objetivos e modos de promover o desenvolvimento e a aprendizagem de sujeitos inseridos em contextos socioculturais e institucionais concretos. Os educadores, tanto os que se dedicam à pesquisa quanto os envolvidos diretamente na atividade docente, enfrentam uma realidade educativa imersa em perplexidades, crises, incertezas, pressões sociais e econômicas, relativismo moral, dissoluções de crenças e utopias. (LIBÂNEO, 2005, p. 20)

Também, Saviani (2009) nos informa que historicamente o Brasil se depara com o problema da precariedade de políticas públicas em relação à formação dos profissionais da educação, principalmente dos professores. Isso influencia diretamente as respostas a alguns problemas pedagógicos enfrentados em sala de aula:

[...] constatamos que, ao longo dos últimos dois séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas. A questão pedagógica, de início ausente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas da década de 1930. Mas não encontrou, até hoje, um encaminhamento satisfatório. Ao fim e ao cabo, o que se revela permanente no decorrer dos seis períodos analisados é a precariedade das políticas formativas, cujas sucessivas mudanças não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país (SAVIANI, 2009, p. 148)

Ainda nessa busca pela conceituação básica de vulnerabilidade educacional, verificamos que ela pode ocorrer quanto à **possibilidade de acesso às vagas escolares** e quanto à **permanência do estudante** na instituição escolar.

Na publicação intitulada “Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole”, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec, que analisa a oferta de vagas e a qualidade da educação em áreas da cidade de São Paulo, verificamos a precariedade da oferta escolar para a educação infantil:



Os territórios de alta vulnerabilidade social são os que têm a menor cobertura de creches e pré-escolas. É nesses territórios que se concentram as famílias com menores recursos culturais e que são, por esse motivo, mais distantes da cultura letrada e do universo escolar. Desse modo, o déficit de oferta de educação infantil aprofunda o afastamento inicial que já existiria entre esses alunos e o universo escolar, acentuando assim, as desigualdades (CENPEC, 2011, p. 7).

Esse é somente um dos exemplos de falta de possibilidade de acesso às vagas escolares, pois há muitos outros. Geralmente, são as zonas mais afastadas dos centros que mostram uma falta de oferta escolar. Escolas do campo, escolas em periferias e escolas em zonas violentas são, normalmente, as mais afetadas pela falta de oferta de vagas.

O grave problema de oferta de vagas na educação infantil faz com que as crianças mais pobres tenham uma desvantagem de aprendizagem em relação às crianças que moram em áreas onde há oferta suficiente de vagas da rede municipal de educação infantil. O mesmo pode ser dito em relação aos estudantes do ensino fundamental e médio.

Ainda, Santos (2011) nos informa que a escola no Brasil sempre teve um papel de legitimadora na triagem social entre os cidadãos, sempre auxiliando a separar e a manter os estudantes em lugares sociais específicos, conforme a passagem a seguir:

Contudo, falar em expansão do ensino ou em Educação para todos pouco nos diz acerca do tipo de Educação oferecida. Consequentemente, como em outros países, mas com algumas décadas de atraso, foram criados dois sistemas paralelos – profissionalizante e literário – numa tentativa de acompanhar o desenvolvimento dos modos de produção, políticos e sociais, sem deixar de manter os mecanismos de distinção de classes dos quais a escola foi sempre um expoente (SANTOS, 2011, p. 294).

Mas um outro grave problema educacional brasileiro é a manutenção da permanência dos estudantes na instituição escolar. Isso se nota muito nas regiões mais pobres, pois as pessoas necessitam trabalhar e acabam por deixar a escola. Também, a falta de instituições onde deixar os filhos (berçários e creches) faz com que muitos pais desistam de estudar. Esses dois problemas de permanência, descritos nesse parágrafo, são típicos da educação de jovens e adultos, geralmente ofertada no turno noturno, justamente para facilitar o acesso dos estudantes à escola.



A distância entre escola e residência é outro fator que dificulta o acesso à escola e a permanência dos estudantes. Há escolas que ficam inacessíveis em determinados períodos do ano. Ainda, há lugares que mesmo havendo transporte público, o transporte não consegue chegar aos estudantes de localidades mais remotas. Isso por causa dos mais diferentes fatores, como estradas ruins, chuvas sazonais, etc.

Além do já dito, o ambiente social das famílias pobres brasileiras têm influência direta no desempenho dos estudantes, conforme nos diz Messias Costa:

O ambiente familiar exerce influência considerável sobre o desempenho escolar dos alunos, e aqueles da classe social baixa, ainda quando começaram o processo de escolarização na idade regular, apresentaram rendimento inferior relativamente aos demais colegas e, não raras vezes, são reprovados e repetem o ano, o que, quando não os leva a abandonar a escola, coloca-os numa posição de desvantagem relativamente a seus colegas que foram bem sucedidos na carreira escolar. (COSTA apud SANTOS, 2011, p. 308)

Também, outros fatores que dificultam o exercício da prática educativa em sua cotidianidade podem ser incluídos na gama de problemas que aumentam a vulnerabilidade educacional de certos grupos de estudantes. O professor José Carlos Libâneo (2005) nos diz que a escola (e a sociedade como um todo) terá que arcar socialmente, mais tarde, com algumas políticas educacionais equivocadas:

Destaca-se no contexto social contemporâneo a contradição entre a pobreza de muitos e a riqueza de poucos, entre a lógica da gestão empresarial e as lógicas da inclusão social, ampliando as formas explícitas e ocultas de exclusão. As escolas e as salas de aula têm contribuído pouco para a superação dessas contradições, especialmente estão falhando em sua missão primordial de promover o desenvolvimento cognitivo dos alunos, correndo o risco de terem que assumir o ônus de estarem ampliando a exclusão com medidas aparentemente bem-intencionadas como a eliminação da organização curricular em séries, a promoção automática, a integração de alunos portadores de necessidades especiais, a flexibilização da avaliação escolar, a transformação da escola em mero espaço de vivência de experiências socioculturais (LIBÂNEO, 2005, p. 21).

Ainda, Rodrigues (2016, p. 224) nos alerta para a situação política de desvalorização da educação, já que essa se tornou mercadoria para o mundo capitalista. Ele nos diz que: “É sobre esse patamar de propriedade privada, falsa igualdade (racial, social, etc) e laços de lealdade entre políticos e elite empresarial que vemos um Brasil atual marcado pelas



tentativas de fragilização e precarização da educação pública de todos os níveis.” E o imenso espaço de exploração capitalista dado pelo poder público aos grupos escolares privados somente faz aumentar a vulnerabilidade educacional dos alunos impossibilitados de ascender ao ensino privado.

Tomando uma citação de Freire (1994, p. 7), concordamos com ele quando nos diz que “O ser humano é programado para saber, sua história é uma história de possibilidades. Mas é necessário criar condições para que o sonho se dê.” Nesse sentido, as condições educacionais precárias ou a falta de vagas escolares faz com que o homem não possa sonhar com um futuro melhor através da educação.

Após nossa explanação argumentativa, podemos dizer que a vulnerabilidade educacional, em princípio, seria uma situação que envolve a precariedade de pessoal, de estruturas e de meios pedagógicos para o bom desenvolvimento da ação de educar em instituições escolares. Os mais variados problemas que atingem a escola podem contribuir para a vulnerabilidade social. Ainda, a falta de oferta de vagas em instituições escolares, por si só, já demonstra uma situação de vulnerabilidade educacional.

Verificamos, ainda, que a população mais exposta às situações de vulnerabilidade social são aquelas que habitam áreas de alta vulnerabilidade social. Nesse sentido, podemos afirmar que há uma relação direta entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade educacional, o que perpetua um baixo índice de escolarização da população e uma população com conhecimentos insuficientes para competir no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a vulnerabilidade educacional no Brasil se coloca como mais um empecilho para que os mais vulneráveis socialmente saiam de sua situação de opressão diária. E a falta de interesse do poder público em ofertar vagas suficientes nas escolas e uma educação de qualidade e condizente com a importância do Brasil no mundo somente aumenta a vulnerabilidade educacional de grande parte da população pobre brasileira.

Considerações finais

Este texto buscou construir, de maneira inicial, uma visão sobre o conceito de vulnerabilidade educacional. A partir do conceito de vulnerabilidade social buscamos pensar a vulnerabilidade educacional e como ela se dá no cenário nacional.



Por causa da gama de fatores qualitativos que fazem da escola um espaço de disputas, verificamos que a vulnerabilidade educacional pode estar relacionada a diversos fatores que agem em conjunto. Pode haver escola e esta não funcionar por falta de água, pode haver escola e sua estrutura física ser precária, pode não haver escola, pode não haver oferta suficiente de vagas na escola existente, entre tantos outros problemas que caracterizam a vulnerabilidade educacional.

No entanto, podemos afirmar que a parcela da população que vive em áreas de alta vulnerabilidade social são as que sofrem maior vulnerabilidade social. Isso por causa das políticas públicas, pois o Estado não almeja educar a todos os seus cidadãos com qualidade, mas perpetuar um país onde a gritante diferença de classes sociais deve ser preservada.

Acreditamos que o bem ensinar deve focar no aprender criticamente, sempre respeitando as diferenças, verificamos que a escola pública (quando existente) deve ser o locus de compreensão da própria vulnerabilidade educacional da população e espaço de busca de alternativas conjuntas para uma educação de qualidade.

Verificamos, portanto, que o conceito de vulnerabilidade educacional engloba uma gama de fatores que dificultam não somente o acesso à escola, mas também a permanência nela. Essas questões envolvem diretamente as políticas pública na área da educação e se referem aos propósitos políticos de cada governo.

O descaso governamental em relação à educação pública e a instabilidade das políticas públicas dificultam uma efetiva melhora na qualidade da educação escolar, na consistente formação de melhores professores, na valorização da profissão docente, na melhoria da infraestrutura escolar, na ampliação da oferta de vagas, entre outros pontos. Essas falhas na oferta de educação para a população demarcam uma situação de conformidade do governo com a situação de vulnerabilidade educacional da população brasileira mais carente e mais necessitada do ensino público.

Finalizando, em uma sociedade desestruturada em todos os níveis e historicamente desigual como é a nossa, a educação pode ser claramente dividida entre: de ótima qualidade para os mais abastados e de péssima qualidade para os mais pobres. Como nos diz Benerval Santos (2011, p. 304), a educação deveria ser “[...] o resultado, ou uma consequência direta, de certas circunstâncias sociais bem definidas e não o contrário.” Isso nos mostra que a educação pública de pouca qualidade e a oferta insuficiente de vagas nas escolas públicas



segue sendo um mecanismo de perpetuação e manipulação da ignorância, o que sempre favorece as classes mais abastadas brasileiras.

Referências

BARBOSA, A. M. Arte-educação pós-colonialista no Brasil: aprendizagem triangular. IN: **Comunicação e Educação**. São Paulo, (21), p. 59-64, jan./abr. 1995.

BESSA, V. da H. **Teorias da aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

BRASIL. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira (editores). Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: IPEA, 2015.

CENPEC. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole**. Síntese das conclusões. São Paulo, pág. 1-33, 2011.

FREIRE, P. Ensinar, aprendendo. IN: **O Comunitário**. Publicação da escola comunitária de Campinas. Ano VI, edição número 38, pág. 5-9, março de 1994.

LIBÂNEO, J. C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na Educação. IN: **Educação na era do conhecimento em rede e da transdisciplinaridade**. LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. (org.). Campinas: Alínea, p. 19-63, 2005.

RODRIGUES, W. Reflexões sobre o III Fórum de Licenciaturas da UFT: o currículo como campo de batalhas ideológicas. IN: **Revista Entreletras**. Araguaína/TO, v. 7, n. 2, ISSN 2179-3948 – online, p. 221-231, jul./dez. 2016, Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/2996>>. Acesso em 28 mar. 2017.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. IN: **Revista Brasileira de Educação**. V. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009

SANTOS, B. P. A escola brasileira: um mecanismo de triagem social. IN: **Educação popular em tempos de inclusão: pesquisa e intervenção**. SANTOS, B. P.; NOVAIS, G. S.; SILVA, L. C. da (org.). Uberlândia: EDUFU, p. 291-315, 2011.